

Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

PARECER: 60/96

96.07.25

PEDIDO DE PARECER: Instituto da Vinha e do Vinho

1. O INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO requereu à CADA emissão de parecer, ao abrigo do nº 2 do art. 15º da Lei nº 65/93, sobre a possibilidade de revelar à Sociedade Agrinatural - Actividades Agrícolas, Agroalimentares, Agropecuárias e Agroturísticas Lda, informação, que requer na qualidade de proprietária de uma exploração agrícola, sobre uma candidatura ao prémio de abandono definitivo da vinha apresentada por um rendeiro da referida sociedade.

No pedido de parecer, o IVV esclarece as condições em que se estabelece o relacionamento entre os candidatos e o Instituto no âmbito da legislação vigente aplicável à atribuição de ajudas ao abandono da vinha, assinalando que:

- a) sempre que os pedidos de ajuda são efectuados por rendeiros de terras, o IVV exige uma autorização do proprietário, por forma a dar legitimidade ao requerente de dispor da terra e receber o respectivo pagamento;
- b) as relações jurídicas estabelecem-se entre o IVV e o proponente ao prémio de abandono, pelo que pagamento é feito na pessoa do candidato.

O IVV tem algumas dúvidas relativamente ao pedido de acesso feito pela Agrinatural, por se afigurar estarem em causa dados de natureza pessoal que parecem não dizer respeito à Sociedade requerente.

No requerimento por esta apresentado, remetido em anexo ao pedido de parecer, refere-se concretamente:

“-Ao abrigo do projecto que recebeu no IVV o nº 921/94 (Prémio ao Abandono Definitivo da Vinha) foi paga a quantia de Esc.: 50 259 510\$00, quantia essa depositada na Caixa Geral de Depósitos, em nome de Vittorio Nardo e à guarda do 17º Juízo Cível da Comarca de Lisboa.

Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

-Anteriormente ao pagamento do referido prémio, nos anos de 1992, 1993 e 1994 foram atribuídos outros prémios igualmente pelo arranque e abandono definitivo de vinha nas mesmas herdades.

-Aqueles prémios foram requeridos por Vittorio Nardo".

A AGRINATURAL, LDA, na qualidade de proprietário das herdades de que é rendeiro o candidato pretende informação sobre:

- ♦ o montante exacto dos prémios atribuídos no ano de 1992, 1993 e 1994;
- ♦ a área de vinha a que respeitam aqueles prémios.

Constam do processo todos os elementos previstos na lei, pelo que cumpre emitir parecer.

2. O primeiro ponto a apreciar diz respeito ao objecto do requerimento da AGRINATURAL.

A Lei 65/93, de 26 de Agosto não regula a prestação de informações pela Administração Pública mas precisamente o acesso a documentos. Devem os serviços localizar os mesmos e torná-los acessíveis, mas, ao abrigo das disposições concretas da Lei da Administração Aberta não lhes cabe confirmar dados, ou reunir e compilar "ex novo" (e a pedido) *informações*.

Porém, quando um requerimento de acesso possa ser sem esforço reinterpretado como veiculador de uma pretensão de acesso a documentos que revelem certo tipo de informações - como se afigura ser o caso vertente - , nada obstará a que o mesmo seja satisfeito, se a tal não obstarem razões de lei.

3. Os dados em causa dizem, sem dúvida, respeito a relevantes interesses económicos do rendeiro das propriedades da AGRINATURAL, Lda. Questão é, porém, saber se os mesmos podem considerar-se protegidos no sentido previsto no art. 4º, nº 1/c) da Lei 65/93.

Trata-se de subsídios públicos, cujo regime jurídico é dominado por imperativos de especial transparência, não podendo falar-se de uma reserva de intimidade dos benefícios públicos" recebidos pelos cidadãos.

Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

Acresce que mesmo que houvessem de ter-se por "pessoais", tais dados são muito relevantes para a condução das relações entre a AGRINATURAL e o rendeiro referido, não sobrando dúvidas de que a Sociedade tem um interesse "pessoal e directo" em conhecer tais dados, nos termos e para os efeitos do art. 8º da Lei nº 65/93.

4. Tratando-se de candidaturas a ajudas, importará ter em conta, por fim, que o acesso a processos ainda não concluídos ou a documentos preparatórios é limitado, *de acordo com o disposto no art. 7º, nº 5 da Lei 65/93.*

Tal destriça, a fazer caso a caso, cabe ao IVV, cabendo reclamação e recurso (arts. 16º e 17º), se o requerente discordar da opção da Administração.

Nestes termos, a CADA emite o seguinte parecer:

1º A Agrinatural, Lda tem, por força do nº 2 do art. 268º da Constituição, do art. 65º do CPA e da Lei nº 65/93, direito de acesso, nos limites estabelecidos pelo nº 5 do art. 7º da Lei nº 65/93, aos documentos constantes dos processos de Prémio ao Abandono Definitivo da Vinha relativos a candidaturas de Vittorio Nardo, rendeiro de herdades, que são propriedade da Sociedade. O acesso não abrange processos não concluídos, sendo vedada a consulta dos que ainda não conheceram decisão administrativa, salvo nestes casos, em relação aos documentos contidos nesses processos que tenham sido produzidos há mais de um ano.

2º O acesso pode ser exercido através de consulta gratuita, nos serviços, ou de cópia, nos termos e condições financeiras aplicáveis.

Lisboa, 25 de Julho de 1996

José Magalhães (Relator) - Fernando Condesso - Mário Rui Marques de Carvalho - Hélio Corvelo de Freitas - Branca Pena do Amaral - João Labescat - Armindo José Girão Leitão Cardoso (Presidente)